



APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

LUGAR, POLÍTICA E INTERSECCIONALIDADE NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ANTROPOLÓGICO

Mílton Ribeiro (UEPA | UFPA – milton.ribeiro@uepa.br)

Vinicius Venancio (UnB – vinivenancio2@gmail.com)

Thiago Oliveira (USP – thi_oliveira@usp.br)

Quando propomos o dossiê à Ñanduty sabíamos da tarefa que era provocar um debate sobre lugar, política e interseccionalidade partindo da Antropologia feita no Brasil poderia causar estranhamentos, uma vez que a categoria *lugar* nunca assumiu protagonismo na teoria antropológica e/ou etnográfica, quase sempre escondida sob a alcunha da convencionalmente chamávamos de posicionalidade e mais recentemente de lugar de fala - ainda que não sejam conceitos sinônimos. No entanto, nos era caro que começássemos a tematizar as noções de lugar e seus efeitos como categoria de diferenciação na experiência etnográfica e na produção antropológica, pois, partindo de artifícios variados, o ocultamento das marcas de lugar tem servido como recurso para a produção de margens e centros, interdição da circulação e a construção de certos dispositivos de silenciamento no fazer antropológico.

A invisibilização das marcas de lugar é um recurso que deve ser circunscrito a um projeto político de conhecimento, e não tomado como um recurso reificado de determinados pactos de hegemonia (Pereira 2020). Portanto, se o lugar aparece na Antropologia como espaço imaginado e vivido que determina a distância (ética e geográfica), a diferença social como prerrogativas para o estudo do “Outro” e a constituição de um lugar marcadamente racializado, genderizado e espacialmente delimitado, então, como a disciplina tem respondido a estas questões? Como a Antropologia Brasileira tem pensado a categoria lugar em suas propostas etnográficas? Como, mais especificamente, a Antropologia feita no Brasil tem pensado o debate sobre lugar e região? Será que essas duas dimensões são atravessadas por perspectivas que envolvam corpo e política? Será que a dinâmica do conhecimento situado envolve uma dimensão das *epistemologias-outras* como suporte para análises ou esses conhecimentos servem apenas como plataforma para reificação da colonização do pensamento antropológico feito no Sul/Sudeste partindo do “Brasil Profundo”? É possível romper com as hierarquias de



lugar e centralidades sob as quais a Antropologia Brasileira se constituiu? Afinal, o que estamos chamando de “Antropologia Brasileira”? É de fato “brasileira” ou é “sulista e sudestina”?

É importante destacar que desde o final do século XIX a expressão “Brasil profundo” tem sido usada por diferentes intelectuais, tais como Olavo Bilac e Euclides da Cunha, até brasilianistas do presente para contrastar as experiências e formação social dos grandes núcleos urbanos na Costa e, principalmente, nos centros da industrialização onde o capital passaria a se estruturar de forma mais proeminente. Ainda que ele sirva como um recurso possível e disponível para descrever a diversidade da experiência regional, nos parece que ele opera também dentro daquilo que Bourdieu (1989) chamava de di-visão ao explorar o conceito de região, ou seja, sob o pretexto de tornar algo visível, ele também cria lógicas de clivagem que impedem a construção de uma leitura conectada e articulada dos processos políticos e regionais.

Portanto, as inquietações acima nos levaram a propor o presente dossiê e alimentam nossas últimas intervenções acadêmicas, a exemplo da questão formulada por nós em outro trabalho (Oliveira, Ribeiro & Venancio 2021) e respondida por um conjunto de trabalhos instigantes que tematizavam diferentes concepções de lugar em suas conexões com o corpo de quem pesquisa. No início, pareceu-nos que estávamos desafiando uma constelação vazia de referências, mas depois fez sentido que esses moinhos de vento, na verdade, eram mais reais do que suspeitávamos. Seja pelo imaginário constituído acerca do que vem sendo chamado de “sociedade brasileira”, ou do que venha a ser esse tal de “Brasil Profundo”, notamos que a Antropologia Brasileira – essa também um moinho de vento – ajudou a tematizar esses lugares e tratou-os ao longo dos anos como realidade dada e pronta. Basta apenas observarmos como os programas de disciplina, planos de ensino e projetos de ensino utilizam os textos tidos como canônicos para reforçar uma análise que começa sempre pelo Sul/Sudeste. Um Brasil construído às expensas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Um Brasil que se quer plural, mas que começa a ser pensado por baixo – e apenas por lá. É assim que esses tropos, denominado pela intelectualidade de “sociedade brasileira”, tem feito e protagonizado os debates nacionais em detrimento das regiões marginalizadas, postas de lado, e tratadas apenas como lugares nos quais se fazem as pesquisas de campo.

O uso do recurso teórico “sociedade brasileira” utilizado aqui sinaliza, no contexto da produção e circulação de conhecimento, a possibilidade de catapultar e destacar determinados cenários e reflexões como “nacional” ou “brasileiro” em detrimento de outros fenômenos, experiências e realidades alocados em uma instância de especificidade, de “particular”,



“regional” ou “local”. Nesse aspecto, sempre sinalizamos o termo entre aspas, usando esse recurso também para destacar expressões em debate e trechos da literatura especializada, e eventualmente de interlocutores de pesquisa.

Estes *outros-regionais*¹ vão sendo construídos contra sua própria vontade, pois emergem nos textos etnográficos como representações equivocadas, às vezes condescendentes, mas (quase) nunca como lugares que evidenciam não apenas a pluralidade deste “Brasil que se quer Profundo” ou até mesmo delas serem vistas como a própria Sociedade Brasileira. E, assim, as tensões que emergiram acima pontuam algumas das nossas inquietações mais recentes e procuram tornar públicas as diversas experiências etnográficas nos *lugares-outros*, ou *regiões-outras*, da brasilidade antropológica.

Se a Antropologia que acreditamos se faz no contraste – de tempo, lugar e ideia – é possível que os textos presentes no dossiê também sirvam para provocar deslocamentos nas referências e cânones por tratar-se de análises que partem do regional para o global, criando novas “glocalizações” (Palermo 2019) e outros pressupostos epistêmico-vivencial (Walsh 2007), ajudando a ampliar as respostas que nos motivaram na criação deste dossiê.

Os textos do dossiê estão organizados com o objetivo de dar sequência às provocações levantadas acima e, mesmo que não as consigamos respondê-las, é importante tê-las como horizonte crítico e tornar visível essas *Outras-Antropologias*, que se construíram desde as margens regionais. Sendo assim, iniciamos o dossiê com um texto nosso refletindo sobre a formação, institucionalização e desenvolvimentos da Antropologia no Centro-Oeste, Nordeste e Norte, com o provocativo vocábulo Antropologias Regionais – essas construídas em detrimento de uma Antropologia Brasileira. Neste artigo, dispomos de inflexões no sentido de entender não apenas a história da disciplina nessas regiões, mas de entender como institucionalmente ela tomou corpo e forma. Assim, apresentamos um quadro regional, que não pretende esgotar as reflexões sobre o contexto e conjuntura do desenvolvimento da Antropologia nestes locais.

O artigo de Tatiana Lopes, Guilherme Passamani e Marcelo Lopes presenteia as pessoas leitoras com uma instigante reflexão acerca da prostituição masculina em Mato Grosso do Sul,

¹ Categoria inspirada em Zulma Palermo (2019).



analisando os anúncios da seção de um jornal impresso local. Em primeiro plano, o que marca a perspectiva dos argumentos mobilizados pelas/os autoras/es é o entendimento dialógico entre proibição e permissão que marcam as relações dos anunciantes e o jornal com o objetivo de publicar os anúncios. E, em segundo plano, as análises de nove desses anúncios estabelecem como os tensores libidinais do desejo constituem economias e práticas que dinamizam a diferença social, em termos de classe, raça e território, por exemplo.

Os povos indígenas de Minas Gerais e a relação com o estado-sociedade civil são as preocupações de Maria Carolina Branco. A autora nos apresenta um panorama teórico instigante para pensarmos a respeito da categoria “encaixe institucional”, que orienta suas análises ao longo do texto. Essa orientação teórica nos ajuda a compreender como sujeitos coletivos tem acessado o Estado e como tem influenciado algumas de suas decisões na formação de políticas públicas. Em relação aos povos indígenas é bastante instigante perceber como suas mobilizações têm alcançado outros lugares e meios, como as redes sociais e a internet. Com isso, o projeto Minas Indígena ganha corpo e demonstra que esses agentes e suas pautas estão disputando representação e criando modelos de ação política.

Em uma instigante reflexão sobre os fazeres antropológicos e o corpo da antropóloga em campo, Ivonete Pinheiro e Edna Alencar apresentam uma cuidadosa análise sobre o desenvolver da sua pesquisa junto a mulheres que participam do tráfico de drogas em um bairro na periferia de Belém/Pará. Partindo das histórias dessas mulheres, Pinheiro acaba por refletir sobre a sua própria história e seu lugar no mundo, pensando os desafios, possibilidades e tensões que o seu corpo de mulher negra também moradora daquela região desperta entre as suas interlocutoras e nela mesma, mostrando para nós que a pesquisadora está longe de ser um ente objetivo e imparcial em campo.

Por fim, partindo das relações entre análise social e produção cultural, o artigo de Alan Ribeiro e Michael Silva retraçam o debate sobre lugar e poder tomando como base o rap de Pelé do Manifesto. Refletindo sobre sua experiência como um jovem negro e periférico em Belém, a produção literária e musical de Pelé do Manifesto discute o cotidiano e os constrangimentos cotidianos a que são submetidos moradores e moradoras da periferia belenense. É a partir dessa noção de experiência, intersubjetividade e também de periferia que o material poético do rapper é interpretado e situado criticamente pelos autores, buscando sinalizar a rentabilidade dos conceitos quando consideradas formas de fazer lugar distintas.



O dossiê “Lugar, política e interseccionalidade na produção do conhecimento antropológico” acrescenta à crítica sobre os processos de formação, institucionalização e desenvolvimento das Antropologias Regionais com textos instigantes que permitem uma reflexão profunda sobre o campo antropológico e as dimensões etnográficas longe dos centros referenciais da disciplina no país. Essa provocação é também parte de um projeto político que vem se costurando desde as margens nacionais que pretende tornar a Antropologia Brasileira um espaço mais plural e crítico.

Esperamos que a proposta desse dossiê seja alcançada: ao permitir a criação de linhas de fuga no saber antropológico hegemônico e canônico a fim de marcar as regiões em destaque como alicerces fundamentais na constituição de uma *Antropologia (que também se quer) Brasileira, ou Nacional* – sem etnocentrismos e sem estereótipos.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. 1989. “Identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”. In: Pierre Bourdieu. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil.
- OLIVEIRA, Thiago; RIBEIRO, Milton & VENANCIO, Vinicius. 2021. “Localizando a Antropologia Brasileira: contribuições para pensar corpo, lugar e a geopolítica da produção de conhecimento”. *Novos Debates*, v. 7, n. 1: 1-15. Disponível em: <http://novosdebates.abant.org.br/revista/index.php/novosdebates/article/view/198/105>. Acesso em 04 fev. 2022.
- PALERMO, Zulma. 2019. “Alternativas locais ao globocentrismo”. *Revista Epistemologia do Sul*, v. 3, n. 2: 88-99.
- PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. 2020. “Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descentramentos nas Ciências Sociais brasileiras”. *Revista de Antropologia*, v. 63, n. 2: 1-14. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/170727/163192>. Acesso em 04 fev. 2022.
- WALSH, Catherine. 2007. “¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales”. *Nómadas*, n. 26: 102-113.